

Sérgio Moro



Por **LORENZO VITRAL***

Psicogênese: geografia e significado

Nesses tempos de pandemia, despertou-me um forte interesse por genealogia, o que, me parece, não é uma curiosidade exclusivamente minha nesses momentos sombrios de nossa história. Há mesmo uma área hoje, ligada à psicologia, chamada de análise psicogenética, que busca conhecer ou retomar a vida de nossos antepassados e esse trabalho, supostamente, pode ter um tipo de efeito curativo. A base dessa perspectiva é que temos uma espécie de « memória genética » (o leitor terá certamente pensado na noção de *inconsciente coletivo* de Jung) de maneira que as gerações atuais reproduzem ou repetem escolhas de antepassados e, conseqüentemente, vivências que estão de certa forma « inscritas » geracionalmente. Onde exatamente estariam « inscritas » ? Deixemos essa difícil questão de lado.

Pus-me assim a retomar as origens da minha família paterna de origem italiana. Meu bisavô chegou ao Brasil por volta de meados do século XIX. De fato, observando a trajetória dos membros da família, percebi que muitos eventos se repetem : a busca de lugar que seja nosso ; coisa de imigrante ; o casamento com mulheres de maior expressão socio-econômica... A lista daquilo que se repete é bastante interessante, nem sempre tão simpática, mas não é meu foco falar, é claro, da minha família.

Onde quero chegar ? Agora entra o título do nosso texto. Retomemos as decisões e atitudes do ex-juiz Sérgio Moro nessa perspectiva psicogênica. Como se vê, com alguma boa vontade, talvez qualquer « moldura » teórica possa ter algum tipo de contribuição para a compreensão do período trágico que recentemente vivemos ou estamos a viver.

Para as pessoas com algum grau de racionalidade, e razoável saúde mental, independentemente de pertencerem ou não à área jurídica, é transparente que a atuação do ex-juiz no caso do ex-presidente Lula foi claramente partidária, tratando-se, como agora todos sabem, de uma intervenção de caráter político, o que nos legou o governo de moldes fascista em curso ; a destruição da economia brasileira e a omissão e os atos durante a pandemia, com base numa política genocida, meritória de julgamento como crime contra a humanidade, o que deverá ocorrer em algum momento talvez não tão distante. Não entremos nos detalhes que são amplamente conhecidos e documentados.

Desde o início da chamada Lava-Jato, chamou a nossa atenção que a indignação da população, com a condução da mídia, era altamente seletiva ou classificatória. Em outras palavras, o sistema judiciário, usado como arma política, elegeu o campo da esquerda como alvo. Ora, para nós, que acompanhamos a corrupção endêmica dos governos de direita desde a proclamação da república, causa espanto o fato de porque só agora a corrupção tenha se tornado atividade passível de punição. A razão se deve, é evidente, de que se tratava de revelações de corrupção ocorridas no período do único governo de centro-esquerda experimentado pelo Brasil (acrescente-se a essa unicidade algumas medidas e legislação em benefício dos explorados nos anos Getúlio e uma tentativa ou outra no breve João Goulart)

Sérgio Moro foi o principal operador jurídico nessa guerra política contra o campo da esquerda. Retomando Hobbes, o caminho seguido por ele para realizar seu intuito consistiu em matar subjetivamente, subjugar e, enfim, encarcerar seu adversário. O juiz levou ao extremo a ideia de que, numa guerra, nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não puderam aí ter lugar. Na guerra que se travou, e que permanece em outros espaços, a força e a fraude são as duas virtudes fundamentais. O que o fez ir perdendo sua credibilidade foi fazer ou dizer coisas que pareceram ser sinais de que não acredita nas coisas em que exige que os outros acreditem. Os atos do juiz relativos a

Alberto Youssef o mostram de maneira inequívoca. Ainda com Hobbes, os homens vaidosos como ele, que sem terem grande capacidade, se deliciam em julgarem-se valentes, tendem apenas para a ostentação, pois quando surgem perigos ou dificuldades só os afligem ver descoberta sua incapacidade, o que agora é fato e o transforma numa figura rara, não sem precedentes na nossa república, de um morto-vivo, condenado a habitar lugares em que ser reconhecido ou filmado se tornou a constatação de sua desonra.

Inquieta-me, tendo em vista suas origens e formação, o que o teria levado a seu destino ; a mera ambição me parece insuficiente, o que me leva a traçar especulações que nos levam ao título deste texto.

Construí a seguinte fábula que se baseia num equívoco genealógico do juiz e no que já sabemos sobre nossa formação psíquica. Suponhamos que na idade de 6 anos, o que dá início ao que Freud nomeava de fase de latência, de introjeção consistente do que chamaremos de conjunto de leis sociais, nosso juiz teve, provavelmente, notícia de um fato político que nos chocou a todos : em 1978, as Brigadas Vermelhas, grupo de esquerda italiano, de tendência maoísta, executa, após 55 dias de cativeiro, o então primeiro-ministro Aldo Moro. Talvez, para uma criança nessa idade, o fato de ser o mesmo sobrenome pode ter sido recebido – lembremos da primazia do significante de acordo com Lacan – como sendo um parente distante já que sua família paterna veio, de barco, como disse Fernández, da Itália. No entanto, a família de seu pai, o professor de geografia Dalton Moro, era originária da região do Vêneto ; pouco provável assim, embora uma eventual pesquisa possa comprovar, que fossem parentes o juiz e o primeiro-ministro italiano, já que este é originário de Maglie, na região da Puglia, bem ao sul, perto da Sicília. Ora, a notícia da morte de Aldo Moro pode ter sido um fator determinante na condução do destino de nosso juiz ; como se, de alguma maneira, o assassinato do « parente » distante por um grupo de « vermelhos » merecesse ser, em algum momento, justificado. Nada parece ao acaso nessa nossa história : Sérgio Moro, assim como Aldo Moro, se tornará jurista e professor. O equívoco do não parentesco, se for verdade, não foi desfeito, ou não foi simplesmente cogitado, pelo próprio pai que, curiosamente, era professor de geografia!

A atuação do juiz em relação ao ex-presidente Lula poderá talvez ser debitado a esse equívoco genealógico de Moro : como se viu, na guerra, sobretudo contra « os vermelhos » vale qualquer ato. Lanço mão dessa fábula porque, como disse, mesmo a busca de poder e a honra resultante não parecem ser suficientes para justificar a adesão de Sérgio Moro, filho de professores interioranos decentes, a um projeto político liderado por um psicopata « clássico », que faz apologia da tortura. Pode ter-lhe ocorrido, por exemplo, que « os vermelhos » tenham também torturado Aldo Moro antes de matá-lo.

Dentre o vale-tudo praticado na condenação de Lula, encontra-se a « pérola » final dos « atos de ofício indeterminados ». Essa expressão abstrata dificilmente poderá receber referência que a torne compreensível, como quer os estudos do significado ; também nesse ponto, assim como o pai, a senhora mãe do nosso juiz, na qualidade de professora de português e de literatura, não pôde exercer decisiva influência na formação intelectual do filho, pelo menos em relação a esse tema que inclui a difícil, e ontológica, questão da diferença entre substantivos concretos e abstratos.

A nossa fábula, que já me animo a chamar de hipótese, conta ainda com o asilo concedido a Cesare Battisti pelo governo Lula. Ora, Battisti, de acordo com a justiça italiana, era um « vermelho » com as mãos sujas de sangue. A concessão do asilo foi um erro político, como admitido por Lula recentemente, e se deve talvez a um uso tardio e fora de contexto, por parte de Tarso Genro, da chamada « doutrina Mitterrand », que acolhia « terroristas » em território francês na década de 80. De toda maneira, que o governo Lula tenha acolhido alguém como Battisti pode também ter colaborado na busca de justificação do « parente » travada por Moro.

Uma das lições para Lula e para a esquerda de todos esses eventos, independentemente da motivação consciente ou inconsciente de Moro, é o seguinte trecho de Maquiavel (1972, p.41) : “e a quem estiver contra aquela minha opinião, baseado naquele velho provérbio que diz que quem se apoia no povo tem alicerces de barro, direi que isso é verdade quando um cidadão acredita que o povo o liberte quando estiver, por acaso, oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados”.

***Lorenzo Vitral** é professor titular de linguística da Faculdade de Letras da UFMG.

Referências

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1972.

A Terra é Redonda